

Comissão Concelhia BE Barcelos

Assunto: pedido de esclarecimento sobre o Acordo para o Resgate da “Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos”

Ao Presidente da Câmara Municipal de Barcelos com conhecimento do Presidente da Assembleia Municipal de Barcelos

Tendo recebido a informação constante dos pontos da ordem de trabalhos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal a decorrer na próxima sexta-feira, dia 13 de novembro, e constando destes documentos a proposta nº 1 referente ao ponto 3 da OT – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao Resgate da Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento de Barcelos, vimos, por este meio, solicitar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal um pedido de esclarecimento sobre este mesmo assunto.

Considerando que:

1. O acordo quadro celebrado entre a Câmara Municipal de Barcelos e as Águas de Barcelos, S.A., com vista ao regate da Concessão de que esta é concessionária e aquele concedente, importa o pagamento da quantia de € 87 000 000 a título de danos sofridos e lucros cessantes;
2. O Município de Barcelos havia sido condenado, por sentença proferida por Tribunal Arbitral ao pagamento de € 172 000 000;
3. O Município de Barcelos recorreu aos tribunais da jurisdição administrativa, procurando opor-se materialmente à decisão do Tribunal Arbitral, tendo as suas pretensões sido recusadas e encontrando-se pendente recurso no Supremo Tribunal Administrativo;
4. O Município de Barcelos necessita de recorrer a financiamento bancário a médio e longo prazo para proceder ao pagamento do resgate da referida concessão, pelo prazo máximo de 20 anos;
5. A dívida total do Município de Barcelos ascendia, em 31 de Dezembro de 2014, ao total de € 24 186 595, e as suas receitas correntes orçamentadas para 2016 ascendem a € 49 935 994 (o valor de referencia dado que nos termos dos critérios previsionais estabelecidos no POCAL deve-se estabelecer a média dos 3 últimos anos);
6. O passivo da Águas de Barcelos, S.A., ascende a cerca de € 112 000 000;
7. No passivo da Águas de Barcelos, S.A. está incluído um contrato de financiamento SWAP com um montante, tanto quanto se sabe, aproximado de € 10 000 000;



8. As Águas de Barcelos são devedoras de uma quantia concretamente não determinada relativa à cobrança das tarifas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
9. As Águas de Barcelos são devedoras ao Município de Barcelos de cerca de € 30 000 000 a título de reparação de estradas (quantia avaliada pelo município);
10. Para efeitos de resgate da concessão referido em 1, ficou estipulado no acordo de princípio que apenas acompanharia a concessão como passivo o contrato de SWAP referido em 7, sendo a concessão entregue “livre de demais ónus e encargos, nomeadamente dívidas de natureza financeira, comercial e fiscal ou outras que onerem atualmente...”;
11. O acordo de princípio referido em 1 prevê ainda que se dêem como “liquidadas, por compensação”, todas as dívidas da Concessionária ao Município de Barcelos.

Face a esta factualidade, importa saber quais são as consequências, para efeitos de limitação de endividamento, do resgate da concessão do proposto nestes termos:

O resgate das concessões é uma prerrogativa do Concedente, por razões de interesse público, decorrido o prazo contratualmente fixado para o efeito ou, na sua falta, um terço do prazo de vigência do contrato (artigo 422.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos).

Em caso de resgate:

- (i) O concedente assume automaticamente os direitos e obrigações do concessionário directamente relacionados com as actividades concedidas desde que constituídos em data anterior à da notificação (artigo 422.º, n.º 3 do Código dos Contratos Públicos);
- (ii) O concessionário tem direito a uma indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, deduzir-se o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos (artigo 422.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos), sendo a indemnização calculada nos termos do contrato ou, na sua falta, nos termos do artigo 556.º, n.º 3 do Código Civil (artigo 422.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos);
- (iii) Os bens afectos à concessão reverterem a favor do concedente (artigo 422.º, n.º 7 do Código dos Contratos Públicos);

Acordaram as partes:

- (i) Na fixação de um valor global de indemnização, não especificando quais os alores respeitantes a danos emergentes e quais os valores respeitantes a lucros cessantes, afastando ainda tacitamente o regime geral previsto no artigo 422.º, n.º



- 5 do Código dos Contratos Públicos, isto é a dedução do benefício (juro) que resulta da antecipação dos valores pagos a título de lucros cessantes;
- (ii) Em limitar as obrigações do concessionário relacionadas com a actividade concedida a transmitir para o concedente, por via do resgate, a um contrato de financiamento SWAP;
 - (iii) Em liquidar, por compensação as dívidas da concessionária ao concedente.

Em relação ao acordado, e até para aferir do mérito da opção pelo resgate e pelos precisos termos em que foi acordado, há que ter em linha de conta que os termos do acordo de princípio não são claros quanto a alguns aspectos relevantes, a saber:

- (i) Qual o montante, condições e prazo do contrato de financiamento SWAP que será transmitido para o concedente?
- (ii) Qual o montante dos valores em dívida do concessionário ao concedente?
- (iii) A compensação das dívidas da concessionária ao concedente é feita nos valores a pagar pelo concedente a título de indemnização por danos emergentes e lucros cessantes no montante de € 87 000 000, sendo deduzidos dos mesmos?

Só com uma resposta cabal a estas questões será possível perceber se o acordo de princípio, tal como está elaborado, será um acordo justo e equilibrado. Sem esta informação, a nosso ver, nada se pode concluir, com certeza, quanto às consequências financeiras, para o concedente, do resgate da concessão.

Atendendo à incapacidade do Município de Barcelos em proceder ao pagamento imediato dos valores acordados sem recurso ao crédito bancário, importa perceber ainda do impacto da operação quanto às limitações de endividamento que impendem sobre o Município.

O regime legal de endividamento dos Municípios encontra-se estabelecido nos artigos 48.º e seguintes da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro na sua redacção actual.

Os limites de endividamento encontram-se fixados no artigo 52.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro na sua redacção actual, estabelecendo-se que a dívida total do Município não pode ultrapassar, em 31 de Dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 anos anteriores.

Mais se dispões na mesma norma que para o apuramento da dívida total do Município devem ser tidas em conta as entidades pertencentes ao perímetro de consolidação previstas no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro na sua redacção actual.

Acresce ainda que ***“a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de***



instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais” (artigo 52.º, n.º 2 da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro na sua redacção actual).

Assim, e admitindo que a dívida total do Município de Barcelos é de € 24 186 595, e que a média das suas receitas correntes líquidas cobradas nos últimos 3 anos seja de € 49 935 994 (o valor que nos foi fornecido como orçamentado para 2016 e que, neste caso, serve de referencia para a média dos 3 anos conforme os critérios previsionais estabelecidos no POCAL), temos que o limite da dívida total do Município é de € 74 903 991, pelo que com o resgate, o valor estará claramente ultrapassado.

No entanto, esta constatação não afasta a possibilidade de endividamento do Município para este efeito, uma vez que a Lei n.º 82.º-B/2014, de 31 de Dezembro (Aprova o Orçamento de Estado para 2015) dispõe a título excepcional, no seu artigo 90.º, que:

“Artigo 90.º

Pagamento a concessionários ao abrigo de decisão judicial

1 — O limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não prejudica que um município condenado a pagar a concessionário de serviços municipais de abastecimento público de água ou de saneamento de águas residuais urbanas certos montantes relativos ao respetivo contrato da concessão, contraia empréstimo destinado exclusivamente ao pagamento do resgate da concessão, desde que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) O valor total do resgate da concessão não seja superior ao valor da condenação;*
- b) O valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo, incluindo capital e juros, seja inferior ao montante dos pagamentos determinados pela decisão judicial;*
- c) O acordo de resgate da concessão determine a extinção de todas as responsabilidades do município para com o concessionário.*

2 — A possibilidade prevista no número anterior não dispensa o município do cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”

Assim, é possível ao Município de Barcelos endividar-se para proceder ao resgate da concessão.

Sem embargo, o valor da dívida total do Município será elevado pelo montante do valor a pagar a título de indemnização pelo resgate, e ainda pela assunção do contrato de financiamento SWAP já aqui referido.

Assim, e só com os encargos resultantes da indemnização pelo resgate (havendo ainda, que ter em conta o contrato de financiamento SWAP que por hora se exclui à minguada de



informações precisas), a dívida total do município ascende a 114 186 595, isto é mais de duas vezes o valor das receitas correntes líquidas orçamentada para 2016.

Face ao limite à dívida total do Município aqui calculada, ressalve-se de acordo com os dados disponíveis e que não permitem o rigor desejável, a dívida total do Município passará a exceder o seu limite estabelecido no artigo 52.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 3 de Setembro, em € 38 282 604.

No entanto, o Município de Barcelos encontrar-se-á obrigado a reduzir no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso à dívida total do Município até que o limite esteja cumprido, conforme estabelecido no artigo 52.º, n.º 3, alínea a) da Lei n.º 73.º/2013, de 3 de Setembro, obrigação da qual o Município não está dispensado, nos termos do artigo 90.º, n.º 2 Lei n.º 82.º-B/2014, de 31 de Dezembro.

Significa isto, tendo em conta os valores que tomámos por referência para o cálculo da dívida total do Município e o seu excesso já aqui calculados (sublinha-se o seu carácter não rigoroso face aos elementos disponíveis), o Município terá de reduzir a sua dívida total, logo em 2016, em € 3 828 260,40, e assim por mais 10 anos, até que chegue ao limite legal da dívida total.

É certo que o Município de Barcelos verá a sua receita corrente líquida aumentar por via das receitas tarifárias da concessão resgatada, que passará doravante a constituir receita própria (a menos que o sistema seja explorado por entidade do sector empresarial local ou alvo de nova concessão), o que aumentará as receitas correntes líquidas cobradas - ao fim de 3 anos em plenitude – e, consequentemente, aumentará o valor máximo da dívida total do Município, permitindo assim aliviar o seu esforço financeiro.

Sublinhe-se, no entanto, que haverá ainda que acrescentar o montante do contrato de financiamento SWAP a assumir pelo Município.

Acresce ainda que, da redacção do artigo 90.º, n.º 2 da Lei n.º 82.º-B/2014, de 31 de Dezembro e do artigo 52.º, n.º 3, alínea a) da Lei n.º 73.º/2013, de 3 de Setembro, não resulta que esteja afastado o regime de saneamento e recuperação financeira municipal previstos na Secção III do Capítulo V da Lei n.º 73.º/2013, de 3 de Setembro. É que o artigo 52.º, n.º 3, alínea a) da Lei n.º 73.º/2013, de 3 de Setembro não afasta a aplicação das regras contidas na Secção III do Capítulo V da Lei n.º 73.º/2013, de 3 de Setembro, bem pelo contrário. E também parece claro que se fosse para afastar essas regras, o legislador tê-lo-ia dito de forma muito clara na Lei n.º 82.º-B/2014, de 31 de Dezembro.

Por isso, e caso o endividamento gerado pelo resgate (valor da indemnização acrescido do financiamento SWAP a assumir pelo Município) ultrapassar 3 vezes o valor máximo da dívida total do Município, o Município de Barcelos terá de aderir ao FAM (artigo 61.º da Lei n.º 73.º/2013, de 3 de Setembro), com todas as consequências financeiras e fiscais que acarreta, designadamente a aplicação obrigatória das taxas máximas de impostos locais. Ressalve-se, como já foi dito acima, que haverá aumento do valor da receita corrente líquida cobrada, no



prazo de 3 anos, se o Município assumir diretamente a exploração do sistema, pelo que é fundamental para uma melhor conclusão obter os valores dessas receitas nos últimos anos.

Por fim, o prazo máximo do empréstimo a contratar não deverá exceder o prazo remanescente da concessão actualmente em vigor. Com efeito, os empréstimos não podem exceder a vida útil do respectivo investimento, nem ultrapassar o prazo de 20 anos (artigo 51.º, n.º 3 da Lei n.º 73.º/2013, de 3 de Setembro).

Face ao exposto e tendo por intenção uma melhor compreensão do acordo apresentado, importa ao BE ser esclarecido sobre as dúvidas suscitadas, no mais breve tempo possível, de modo a que aquando da discussão e votação deste ponto na próxima sessão de AM, o BE esteja em condições de tomar uma posição devidamente fundamentada e ajustada aos reais interesses dos barcelenses.

Não está em causa a remunicipalização do serviço público de abastecimento de água e saneamento no nosso concelho, porque, como muito bem sabem, sempre defendemos que tal sucedesse e congratulamo-nos pelo anunciado resgate, mas é preocupação legítima e consciente do BE, perceber todas as variantes do acordo e todas as implicações que daí possam resultar para o município e para os munícipes.

Agradecendo, desde já, a atenção dispensada e o envio da resposta ao questionado, logo que possível,

Subscrevemo-nos com saudações democráticas

Barcelos, 09 de novembro de 2015

A Comissão Concelhia do BE Barcelos

O Deputado Municipal

José Ilídio Torres